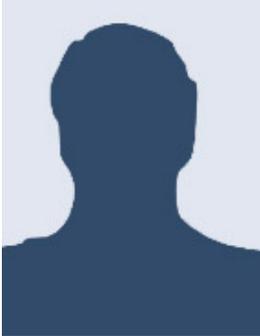


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



MACEDO, Joaquim José da Costa de (Lisboa, 1777–Golegã, 1867)

Joaquim José da Costa de Macedo foi filho de Agostinho José da Costa de Macedo (1745-1822), professor régio de Filosofia Racional e Moral desde pelo menos 1782; sócio efectivo (1789) e veterano (1814) da Academia das Ciências; e segundo-bibliotecário da Biblioteca Pública de Lisboa, escolhido para secundar António Ribeiro dos Santos, que a dirigiu até 1816.

À imagem do pai, Joaquim José da Costa de Macedo serviu a coroa e o Estado portugueses durante mais de sessenta anos (1794-1857), começando por exercer funções na contadoria-geral das Províncias (para a qual foi nomeado a 27 de Novembro de 1794, com 17 anos) e aposentando-se do serviço público como guarda-mor da Torre do Tombo, em 8 de Agosto de 1857 (aos 80 anos). Foi conselheiro de Estado, vice-presidente da Junta dos Juros e comendador de diversas ordens e membro de mais de quarenta academias e sociedades intelectuais internacionais. Apesar de não se lhe conhecerem estudos formais, foi sócio efectivo da Academia durante mais de quatro décadas (1814-56), assim como secretário perpétuo da instituição (1834-56), demitindo-se desta função por diferendo com Alexandre Herculano.

Com excepção de sete anos passados em Paris (1800-07), quando desempenhou as funções de segundo secretário da legação portuguesa, Macedo passou a totalidade da sua vida em Portugal. Em 1805 escreveu em francês um artigo publicado em três números por uma revista parisiense, a *Revue Philosophique, Littéraire et Politique*. Intitulado «Sur les éléments de l'Histoire du Portugal par Mr. Seyries [Serieys]», que denunciava os erros e os plágios acumulados por Antoine Serieys a propósito da história portuguesa (J.M. Quérard, *La France Littéraire*, vol. IX, 1838, pp. 70-71). Infelizmente, não foi possível localizar qualquer exemplar desse opúsculo.

Enquanto sócio efectivo da classe de Literatura (tesoureiro, decano e secretário da mesma), a partir de 1814, Macedo conviveu com alguns dos nomes maiores dos estudos históricos em Portugal da época, como Ribeiro dos Santos, Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Ferreira Gordo, José Liberato Freire de Carvalho e Alexandre Herculano. Fez parte de comissões académicas e literárias decisivas para a sorte da investigação documental portuguesa (sobretudo, sobre as cortes tradicionais), e desempenhou papel de relevo no complexo processo de reorganização dos espólios dos extintos conventos, após Évora-Monte (1834) – nomeadamente, no encaminhamento e recepção de manuscritos incorporados na «série vermelha» da própria Academia e na colecção dita dos Manuscritos da Livraria da Torre do Tombo.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Boa parte da existência deste autor esteve ligada à Junta dos Juros dos Reais Empréstimos, criada em 1796 por ocasião da participação portuguesa na Guerra do Rossilhão. Macedo terá sido um daqueles casos de figuras que fizeram carreira em juntas e comissões públicas criadas por ocasião dos vários conflitos bélicos pelos quais Portugal passou no primeiro terço do século XIX: não só pelo rigor técnico e exactidão dos registos, cálculos e recolhas feitos, mas também pela facilidade em organizar ideias próprias num discurso coerente, escrito e falado, sobre vários assuntos políticos e culturais (finanças públicas, cortes tradicionais e vintistas, geografia e navegações árabes).

Tendo Macedo ingressado na contadoria da Junta dos Juros em 1800, ascendeu, antes dos quarenta anos, à categoria de oficial-mor de uma segunda contadoria, também ela dependente do Erário Régio: a contadoria fiscal da Tesouraria geral das Tropas (1816) – isto, quando a guerra peninsular já havia terminado dois anos antes. Doze anos mais tarde, nos momentos finais da primeira experiência cartista, vamos encontrá-lo a desempenhar as funções de vice-presidente, segundo uma consulta de 10 de Março de 1828 que é feita aos membros da Junta dos Juros (*Diário das Cortes*, 1828, pp. 799-800). Uma vez restaurado o liberalismo, Macedo voltará, em 1833, a exercer as funções de vice-presidente da Junta, agora com a designação de «Novos empréstimos» Esse seu pendor técnico, juntamente com o amor à literatura e às belas-letas, à erudição e ao conhecimento históricos, vão permitir-lhe ingressar na Academia das Ciências, onde se torna sócio efectivo da classe de Literatura em 1814 – algo de surpreendente, se pensarmos que dessa época não sobrevivem quaisquer textos escritos que o justifiquem.

É possível que Macedo fosse cooptado para auxiliar os sócios mais experientes na recolha de documentação inédita, espalhada pelo reino. Tanto assim seria, que no quarto volume da *Colecção de Inéditos Portugueses* (1816), aparece a informação de que Costa de Macedo e Francisco Nunes Franklin, aluno de paleografia e futuro oficial-mor da Torre do Tombo, prestam ajuda à comissão académica permanente de História de Portugal, constituída pelos veteranos Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Francisco Ribeiro Dos Guimarães e Aragão Morato. Tal comissão teria por âmbito a «publicação dos documentos inéditos que se acham espalhados pelos principais cartórios do Reino», na continuação das diligências tomadas pela Academia ainda antes de 1790 (*Colecção de Livros Inéditos...*, t. IV, 1816, pp. VII e XXXVI). Pelo seu perfil cultural e trajecto profissional, Costa de Macedo ilustra bem o lugar da história na cultura institucional do Estado, em especial os seus usos político-jurídicos, nomeadamente no campos da diplomacia e de instituições como a Academia das Ciências e o Erário Régio.

Anos depois (1819), Macedo publica um texto sobre a geografia e a história dos descobrimentos portugueses, que lera à Academia a 24 de Junho de 1816. Numa época que coincide com os anos finais de vida desse pioneiro que foi António Ribeiro dos Santos; e pouco antes da morte de Mendo Trigo, primeiro director da *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (volumes iniciais, hb1812 e 1821). Tratou-se de um estudo intitulado: *Memória sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações*, a qual deveria ser a primeira de várias *Memórias para a história das navegações e descobrimentos portugueses*. Nele, Macedo pretendeu relativizar a importância da prioridade



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

dos descobrimentos henriquinos na costa africana, face à documentação medieval avulsa que provaria que já em 1336 uma expedição portuguesa teria descoberto as Canárias. Anteciparia, desta forma, a *verdadeira época* do início dos descobrimentos portugueses (como anunciava no título do texto). Até certo ponto, Macedo pretendeu inovar e criar para si uma posição distinta nos estudos nacionais sobre a geografia e a história dos descobrimentos, face às figuras consagradas de Ribeiro dos Santos e de Mendes Trigoso, que nas *Memórias de Literatura* (1806) e na *História e Memórias...* (1817), tinham revitalizado as teses da prioridade dos descobrimentos portugueses face aos demais povos europeus. Num desses textos, António Ribeiro dos Santos forneceu um destaque especial à figura e obra do infante (*Memórias de Literatura...*, tomo VIII, parte I, 1812, pp. 153-160). O mesmo faz Garção Stockler numa obra publicada em Paris em 1819, o *Ensaio histórico sobre a origem e progressos das matemáticas em Portugal* (pp. 14-17 e 22). É possível que Macedo pretendesse especializar-se na área da geografia medieval e renascentista, a ajuizar pela promessa de novas *Memórias para a história e navegações dos descobrimentos portugueses*. Porém, tal não sucedeu, a curto prazo, eventualmente por razões pessoais, de críticas dirigidas às suas teses e, quem sabe, devido à alteração da ordem político-social ocorrida em Agosto de 1820, o que o levou a mudar o campo de estudos e de reflexões.

Certo é que as polémicas teses apresentadas em 1819 por Macedo foram alvo de críticas por parte de outros académicos – caso de Acúrsio das Neves em 1830 e de Joaquim José Lopes de Lima em 1844. Nas suas *Considerações políticas e económicas sobre os descobrimentos...*, Acúrsio elogia Macedo «como um dos nossos eruditos literatos» e, a propósito das supostas navegações para as Canárias, no tempo de D. Afonso IV, cita-lhe a memória. Tece várias considerações sobre essa temática, acabando, porém, por não concordar com a tese de Macedo de que «será forçoso entregar em outras mãos a palma (...) que sustentavam as do infante D. Henrique» (pp. 22 e 26). No que é secundado por Lopes de Lima, na *Estatística das possessões...*, de 1844, p. IX, n. 1, quando este distingue a importância da episódica localização geográfica das Canárias, por parte de povos da Antiguidade, de cristãos e de muçulmanos durante a Idade Média, face às repetidas passagens do Cabo Bojador no tempo do infante. Em 1835, Macedo retomará a temática dos descobrimentos, mas desta vez a propósito da chegada europeia à costa da Guiné.

Parece clara a identificação de Macedo com a nova ordem saída do Vintismo (1820-1823). No âmbito da Comissão académica, «nomeada para dar parecer à Junta Preparatória das Cortes, acerca do melhor método para convocá-las» (com sessões a 21/10/1820 e a 29/3/1821), remete à Academia das Ciências um exemplar do seu *Projecto de regimento das Cortes Portuguesas (História e Memórias...*, tomo VIII, 1820). Na curta introdução a esse texto, provavelmente escrita por altura da célebre Martinhada (Novembro), Macedo cita várias vezes Bentham e a constituição espanhola de 1812. Estaria então em causa que texto constitucional dar a Portugal e qual a natureza do regime a vigorar na metrópole.

Em 1821, Macedo é também designado para a comissão académica que se reuniu na Torre do Tombo para compilar documentação sobre as cortes tradicionais, juntamente com o *abade* Correia da Serra; os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

lentes e desembargadores João Pedro Ribeiro e Francisco R. DosGuimarães; França Galvão, futuro abade de Lustosa; o monsenhor da Patriarcal Ferreira Gordo e o 2º visconde de Santarém. Tratar-se-ia de uma consulta, feita pelo Soberano Congresso, sobre que elementos documentais poderiam ser eventualmente utilizados no estabelecimento de um discurso histórico que legitimasse o tradicionalismo parlamentar vintista, no âmbito de uma busca político-jurídica por um constitucionalismo alicerçado em elementos tradicionais.

Apesar de figura activa durante a primeira metade do reinado de D. Miguel, sabe-se que Macedo esteve preso durante os anos finais desse período, nomeadamente, de 1831 a 1833. É, assim, com propriedade que escreve, em discurso de 1838, que em 1831 «a Academia, orfã de uma parte de seus membros, agrilhoados em masmorras, desterrados e dispersos, caminhava lentamente para uma inanição gradual à sua total dissolução» («Discurso recitado na sessão pública de 15 de Maio de 1838», em *História e Memórias...*, t. XII, 1839, p. XI). De resto, Costa de Macedo só se tornou verdadeiramente visível na vida da Academia a partir de 1834, quando foi nomeado secretário perpétuo da instituição. De 1819 a 1834 não se lhe conhece, inclusive, nenhum texto publicado. Quanto às obras publicadas nas décadas de 30 a 50, cerca de uma quinzena, podem ser classificadas do seguinte modo:

1) Os *Aditamentos à primeira parte da Memória, sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no oceano Atlântico*, lidos em sessão académica de 8 de Abril de 1835 (em continuação do texto de 1819); a *Memória em que se pretende provar, que os árabes não conheceram as Canárias antes dos portugueses*, lida nas sessões académicas de 13 de Julho de 1842 e seguintes; e o texto «Sobre o estado da navegação dos árabes nos tempos próximos ao Islamismo, e sobre a invasão dos mesmos árabes na Espanha».

2) Discursos de circunstância, datados de 1834 a 1854 – úteis, para documentarem a internacionalização da Academia; o início de captação de sócios entre as comunidades académicas estrangeiras; o movimento de troca de bibliografia colectiva das sociedades e autores estrangeiros por volumes nacionais; e as mudanças de perspectivas historiográficas.

3) Outros textos, de cunho erudito, como o que dedicou aos vasos murrinos (*História e Memórias...*, tomo XII, parte 2ª, 1839, pp. 1-151); à língua e literatura grega em Portugal, no reinado de D. Duarte, de 1853 (*Memórias da Academia das Ciências...*, nova série, 1854, tomo I, parte 1ª, pp. 1-168); bem como a resposta aos quesitos sobre a biblioteca da Academia e comunicações sobre «as doutrinas religiosas da Pérsia» (*Actas da Academia Real das Ciências*, tomo I, 1849, pp. 124-138, 239-249 e 300-321).

Macedo retoma em 1835, nos seus *Aditamentos à primeira parte da Memória...*, o tema que tratara em 1819: o do suposto início dos descobrimentos portugueses na época medieval. Para tal, socorre-se do manuscrito de Boccaccio publicado em 1827 por Sebastiani Ciampi em Florença, que considera confirmar, *a posteriori*, o que ele próprio aventara dezasseis anos antes (*História e Memórias...*, tomo XI, parte 2ª, pp. 178-179 e n. 1). Como lembrou Sérgio Campos Matos, historicamente Costa de Macedo não conseguiu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

provar a prioridade dos Portugueses a alcançarem as Canárias.

Temos, assim, Macedo como interveniente, embora secundário, de uma das polémicas científicas e historiográficas luso-francesas mais prementes das décadas de 1830 e 1840: a da prioridade dos feitos náuticos, ciência de marinharia e registo cartográfico da costa africana (incluindo arquipélagos adjacentes), por parte dos povos europeus. Outros intervenientes de peso foram o visconde de Santarém, Marie-Armand-Pascal d'Avezac, Alexander von Humboldt e Edme-François Jomard. Foi neste preciso momento histórico, de encruzilhada de ciência, mito e nacionalismo, que disciplinas afins como a geografia, a cartografia e a história dos descobrimentos conheceram novos desenvolvimentos – nem todos positivos, aliás (ainda hoje é discutido o real valor das teses apresentadas, como as que dizem respeito à *descoberta* das Canárias e da Guiné). A intervenção de Macedo, complementar da do Cardeal Saraiva e do visconde de Santarém, rebate uma imagem muito difundida na França pós-1830, sobretudo graças às obras traduzidas de José Liberato e do protagonismo de Talleyrand, de Hyde de Neuville e de Roussin: a de um Portugal tirânico, bárbaro e obscuro, tanto na actualidade, como no passado.

De certo modo, em Macedo cruzam-se várias tradições corográficas de articulação entre a história e a geografia, fomentadas tanto pela antiga Academia Real da História quanto pelas francesas Academia das Inscrições e das Belas-Letras e Sociedade de Geografia de Paris. O papel de Macedo, no seio da Academia das Ciências, foi de manter acesa a chama dessa antiga tradição de estudos corográficos portugueses (em contacto com o que de similar era produzido em França), a qual será retomada no Brasil por Varnhagen, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1842, quando lê o seu texto, Macedo está literalmente transmutado num arabista (transcrevendo mesmo textos em árabe). Pouco ou nenhuma intervenção directa terá na questão específica dos descobrimentos henriquinos, retomada graças à publicação parisiense da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, de Zurara, com introdução e notas do visconde de Santarém (1841).

Há que não esquecer, pois, a verdadeira natureza intelectual de Macedo: a de um diletante, bibliófilo, «erudito literato», nas palavras de Acúrsio, especialista na geografia medieval, segundo Adrien Balbi. Em obras dedicadas à cerâmica murrina e à difusão da língua grega em Portugal, Macedo, na senda de outros homens de vasto saber com percurso vincado na Academia das Ciências, como Ribeiro dos Santos, Garção Stockler e D. Francisco Alexandre Lobo, dissertou sobre fontes clássicas e árabes da geografia, sobre temas da arqueologia e da história de arte. Infelizmente, de uma extensíssima vida de quase noventa anos, em que Macedo se terá embrenhado na cultura dos livros e das sociabilidades académicas, pouco resta de produtivo, de concreto e sistemático. Os seus textos sobre a geografia dos descobrimentos são meros tentames, nem sequer comparáveis aos pioneiros esforços de Ribeiro dos Santos e de Mendo Trigoso (morto aos 48 anos de idade); e ficam muito aquém dos trabalhos sistemáticos de um cardeal Saraiva, de um visconde de Santarém, de Navarrete ou de Walckenaer. Tal ecletismo de assuntos é típico da época oitocentista, na qual vigora uma noção enciclopédica e não disciplinar da cultura – a qual, acrescente-se, no caso de Macedo, acaba por tingir o objecto histórico com cores de uma erudição amiúde contraproducente.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Pela sua longevidade, Joaquim José da Costa de Macedo foi testemunha importante de muitos dos acontecimentos dos reinados de D. Maria I a D. Luís I (não deixou contudo correspondência ou memórias publicadas). Influenciou, enquanto autor e secretário perpétuo da Academia das Ciências, o movimento cultural e historiográfico que a instituição conheceu, aquando das reformas dos estatutos internos, em 1834, 1840 e 1852. Conviveu com várias gerações de historiadores nacionais, de Caetano do Amaral a Herculano, de João Pedro Ribeiro ao visconde de Santarém. Desempenhou um papel importante (embora secundário) na historiografia dos descobrimentos portugueses e na continuidade de uma determinada tradição erudita no seio da agremiação. Poder-se-á mesmo afirmar que a Academia lhe deverá a existência, a partir de 1834, enquanto instituição viva (veja-se o que escreveu em 1838 sobre o declínio e marasmo da suas actividades em 1831). Internacionalizou e prestigiou a instituição, associando-a aos nomes do duque de Bragança, D. Maria II, D. Fernando II e D. Pedro V, como seus protectores. Procurou contribuir para apaziguar os diferendos ideológicos que dividiram a sociedade portuguesa, de 1807 a 1851, fazendo conviver, na Academia, homens conotados com as diferentes facções políticas. Pelo seu desejo de pacificar diferendos de ideias e de ideais e de reformar a Academia segundos os ditames de uma nova geração, acabou por antagonizar sucessivamente o visconde de Santarém, José Liberato e Herculano. Relativamente a Herculano, ainda está por averiguar o conflito que os opôs e que marcaria a historiografia portuguesa da segunda metade do século XIX, pelo facto de o autor da *História de Portugal* ter deixado, aos 47 anos, de intervir com o mesmo dinamismo na vida e nos projectos da Academia. Quanto a Macedo, terminou os seus dias remetido a um silêncio e esquecimento porventura imerecidos, num verdadeiro exílio interior, na Golegã. Trata-se, pois, de uma figura histórica que já merecia um estudo monográfico próprio, o qual poderá, eventualmente, trazer importantes achegas para o conhecimento da vida intelectual e académica portuguesa dos primeiros dois terços do século XIX.

Bibliografia activa: «Sur les éléments de l'Histoire du Portugal par Mr. Seyries [Serieys], *Revue Philosophique, Littéraire et Politique*, Paris, nº 24 a 26, 1805, pp. 340-49, 413-19 e 457-65; «Memória sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações...», *História e Memórias da Academia*, Lisboa, na Tip. da Academia, tomo VI, parte 1ª, 1819, pp. 1-19; «Aditamentos à primeira parte da Memória, sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no oceano Atlântico», *História e Memórias...*, Lisboa, tomo XI, parte 2ª, 1835, pp. 177 a 230 ; «Discurso recitado na sessão pública de 15 de Maio de 1838 pelo secretário perpétuo...», *História e Memórias...*, Lisboa, tomo XII, parte 2ª, 1839, pp. V-XXXI; «Discurso lido em 22 de Janeiro de 1843 na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa pelo secretário perpétuo...», *História e Memórias...*, Lisboa, 2ª série, tomo I, parte 2ª, 1844, pp. I-XX; «Memória em que se pretende provar, que os árabes não conheceram as Canárias antes dos portugueses», *História e Memórias...*, Lisboa, 2ª série, tomo I, parte 2ª, 1844, pp. 37-270; «Sobre o estado da navegação dos árabes nos tempos próximos ao Islamismo, e sobre a invasão dos mesmos árabes na Espanha», *Actas da Academia Real das Ciências*, Lisboa, tomo I, 1849, pp. 54-75; «Resposta

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

aos quesitos relativos à Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, inclusos na portaria de 16 de Agosto de 1849», *Actas da Academia*, Lisboa, tomo I, 1849, pp. 300-321; e «Discurso lido em 5 de Julho de 1854... pelo secretário geral perpétuo...», *Memórias da Academia das Ciências...*, Lisboa, nova série, 1854, tomo I, pp. 1-13.

Bibliografia passiva: Manuel Pinheiro Chagas (dir.), «Académicos (Catálogo dos) efectivos da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde a sua fundação até hoje») e («Académicos (Catálogo dos) honorários da...», *Dicionário Popular, Histórico, Geográfico...*, Lisboa, 1º vol., Tip. da Viúva Sousa Neves, 1879, pp. 57-59 e 59-60; Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, Lisboa, vol. I, Junta da Investigação Ultramarina, 1969; Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998; Idem, «A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX». *Los Ibéricos y el mar*, Madrid, Comisaría General de España/Expo Lisboa, 1998; Daniel Estudante Protásio, *O 2º Visconde de Santarém – Pensamento histórico e acção política*, dissertação de doutoramento na FCSH Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008 (texto policopiado); J.M. Quérard, *La France Littéraire*, Paris, vol. IX, Firmin Didot Frères, 1838, pp. 70-71; Joaquim Veríssimo Serrão, *Herculano e a Consciência do Liberalismo Português*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977; Inocêncio Francisco da Silva e Pedro Venceslau Brito Aranha, *Dicionário Bibliográfico Português...*, Lisboa, vols. I a IV e XII, 1858-1860 e 1884; Ruy d'Abreu Torres, «Macedo, Joaquim José da Costa de (1777-1867)». Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, 1989 (2ª edição; 1ª ed. 1975-1978), vol. V, pp. 114-115; *Catálogo de manuscritos (Série Vermelha)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, I, nº 1-499, 1978; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Manuscritos da Livraria» (em linha), consulta de 1 de Fevereiro de 2013. Disponível em WWW: < URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4248612>

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

